



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SMADS - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA E RELATÓRIO
TEMÁTICO DE IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DESTA POPULAÇÃO NA CIDADE DE
SÃO PAULO**

SUMÁRIO EXECUTIVO

São Paulo

2015

FERNANDO HADDAD

Prefeito

LUCIANA TEMER

Secretária Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social

CRISTINA CORDEIRO

Secretária Adjunta

MARIANA CHIESA GOUVEIA NASCIMENTO

Chefe de Gabinete

Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais

**CAROLINA TEIXEIRA NAKAGAWA
LANFRANCHI**

Centro de Pesquisa e Memória Técnica

**VIVIANE CANECCHIO FERREIRINHO
RAFAEL DA CUNHA CARA LOPES**

Equipe de Planejamento – FIPE

Coordenação Geral

SILVIA MARIA SCHORE

Pesquisadores Seniores

ANA MARIA GAMBIER CAMPO

MARIA ANTONIETA DA COSTA VIEIRA

MICHIKO SHIROMA DE CARVALHO

RINALDO ARTES

Pesquisadores Plenos

ELISABETH APARECIDA PARRO

ROSANA ESTRELA ADAMOS

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	4
DADOS DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO	5
Resultados para a área central e demais áreas da cidade	6
Distribuição espacial da população	6
Algumas informações sobre os pontos	6
CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	8
Aspectos demográficos	8
Família e Vínculos familiares	9
Alternativas de pernoite	9
Tempo de rua e idade com que foi para a rua	10
Trabalho e benefícios	10
Saúde e serviços	11
Uso de álcool e drogas	12
Internação em instituições	13
Cidadania e saída da rua	14
CARACTERÍSTICAS GERAIS DE ALGUNS GRUPOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	18
IDOSOS	18
Acolhimento dos idosos pela rede de assistência	18
Perfil demográfico e trajetória para rua	19
Condições de vida e atendimento pela rede de serviços	19
Acesso a benefícios	20
ADULTOS JOVENS ACOLHIDOS (18 A 35 ANOS)	21
Aspectos demográficos e escolaridade	21
Posse de documentos	21
Trabalho e renda	21
Trabalho e composição da renda dos assalariados	22
Atividades por conta própria, “bicos”	23
Onde procuram e porque não encontram trabalho	23
Renda das atividades autônomas	23
PESSOAS SÓS NOS CENTROS DE ACOLHIDA	25
As características dos acolhidos que vivem sós	25
Aspectos demográficos	25
Posse de documentos	25
Trabalho e renda	26
Benefícios e aposentadoria	26
Tempo de rua	26
Álcool e drogas	26
Saída da rua	27
Acolhidos sós com autonomia e com autonomia parcial	27
FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA	30
Perfil das pessoas que atualmente vivem com a família	30
Centros de Acolhida e Rua	31
Tempo de rua e Idade com que foi para a rua	31
Trabalho e Renda	32
Saúde e consumo de álcool/drogas	32
Cidadania, violência e participação	33
Percepção sobre saída da rua	33
EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL	34
LGBT	34

APRESENTAÇÃO

A cidade de São Paulo com mais de 11 milhões de habitantes (IBGE/CENSO/2010) responde por 11,5% do PIB brasileiro, representando um importante polo econômico e cultural tanto para a região metropolitana como para o Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo em que o município assume papel estratégico na produção e circulação de riqueza há, contudo, expressiva parcela da sua população em condições extremas de pobreza e vulnerabilidade. É uma metrópole desigual e segregadora, com indicadores de desenvolvimento humano distintos em seus 96 distritos e 32 subprefeituras. Assim como em outras metrópoles mundiais, a cidade de São Paulo tem como um dos segmentos sociais mais vulneráveis a população em situação de rua. Esse segmento tornou-se, no final dos anos de 1970 e início de 1980, um desafio importante para as políticas públicas.

A política para a população em situação de rua ao ser reconhecida e locada na área da Assistência Social, com o objetivo de qualificar a execução da política e propor novas estratégias de atendimento, gerou a demanda pela produção de estudos e pesquisas para dimensionar e descrever o fenômeno. A evolução no atendimento sofreu significativa mudança nos anos 2000 com redação de normativas de serviços de acolhimento e de convivência, com a diversificação e ampliação da cobertura, pela publicação da Política Nacional da População de Rua (2009), pelo espraiamento de centralidades polares pelo tecido urbano, entre outros aspectos.

No município foi editada a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal em prestar atendimento à população em situação de rua na Cidade de São Paulo, em seu § 3º dispõe que “Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, por seu titular, estabelecer a prioridade das demandas, devendo, para tanto, manter cadastro atualizado dos pólos de concentração da população de rua [...] levando em conta os vários distritos da Cidade”. O Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001, em seu Art. 8º define: “O Executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da População de rua da Cidade”. Assim, em respeito às atribuições legais específicas do município, dando cumprimento à legislação supracitada, bem como a necessidade da realização da vigilância socioassistencial prevista nas normativas da política de assistência social expressas na PNAS e NOB SUAS, com o objetivo de subsidiar o planejamento de políticas públicas, faz-se necessária a realização de contagem censitária e caracterização amostral do perfil socioeconômico da população em situação de rua.

A Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), responsável pela vigilância socioassistencial na cidade de São Paulo, fazendo uso de suas atribuições, coordenou as atividades junto à instituição executora contratada, Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), para a realização de *“Pesquisa censitária da população em situação de rua, Caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e Relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo”*, conforme contrato nº 64/SMADS/2014, publicado em Diário Oficial do Município em 28 de novembro de 2014, página 112.

A pesquisa desenvolveu atividades de construção de sistema de referência para levantamento censitário, pesquisa de campo para contagem censitária, construção de esquema amostral respeitando distribuição territorial, realização de pesquisa amostral para levantamento de perfil socioeconômico e elaboração de relatório temático de identificação das necessidades, aprofundando o olhar para públicos prioritários dentro da heterogênea população em situação de rua.

Uma vez ampliada a perspectiva intersecretarial da política de atendimento à população em situação de rua a Coordenadoria assumiu a necessidade de realização de pesquisa que possibilitasse um olhar focado nas especificidades que compõem a população em situação de rua. Por isso, para além de contagem e perfil amostral, foi prevista a análise de subgrupos que possibilitasse qualificar o diálogo democrático entre os atores executores de políticas voltadas a este segmento.

Por se tratar de um fenômeno da estrutura social, requer ações que vão além das atribuições exclusivas das políticas de assistência social. Por isso ao longo de seu desenvolvimento, foram realizadas apresentações dos resultados.

Deste modo, esta Coordenadoria assume o firme compromisso de subsidiar a elaboração de um programa de atendimento às pessoas em situação de rua com base em informações técnicas qualificadas e na participação democrática de diferentes atores. Trata-se da necessidade de subsidiar a revisão das práticas por profissionais que trabalham diretamente com esse segmento, também subsidiar intelectuais envolvidos com a temática, além de ampliar a simetria de informações para o diálogo entre os diversos atores envolvidos na execução da política. Assim, procuramos ampliar as possibilidades e as capacidades de ofertar programas, projetos e serviços adequados à realidade da população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Os números e análises resultantes desse esforço permitem dimensionar o fenômeno, identificar sua distribuição espacial e compreender algumas especificidades de perfis dentro deste segmento marcado pela heterogeneidade de características e vivências. Por fim, cabe indicar que a metodologia adotada respeitou versões anteriores, permitindo a comparabilidade de resultados, e também vai além quando destaca subgrupos específicos que devem ter seus direitos respeitados pela diversificação de ofertas da rede de políticas públicas.

Os mais significativos elementos para elaborações futuras de políticas públicas de qualidade estão expressos no presente documento. Sendo assim, vemos infinitos usos dos resultados aqui apresentados e diversas contribuições para o diálogo democrático entre gestores, técnicos, intelectuais, entidades sociais, lideranças e usuários dos serviços públicos que atendem cidadãos em situação de rua na metrópole de São Paulo.

Carolina Teixeira Nakagawa
Coordenadora Geral da COPS

Viviane Canecchio Ferreirinho
Chefe do Centro de Pesquisa e Memória Técnica – CPMT, da COPS

Rafael da Cunha Cara Lopes
Técnico do CPMT da COPS

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem o objetivo de apresentar uma síntese¹ dos resultados das pesquisas realizadas pela Fipe junto à população em situação de rua, no decorrer de 2015. Apresenta inicialmente os resultados do levantamento censitário, com os totais de pessoas encontradas nos centros de acolhida e nas ruas, destacando alguns aspectos relevantes na comparação com censos anteriores, na dinâmica do crescimento dessa população frente ao crescimento da população da cidade de São Paulo e na sua distribuição pela cidade.

Em seguida são apresentados os principais resultados sobre o perfil dessa população designada por “acolhidos” e “rua”, em duas partes. Na primeira estão todos os aspectos do perfil socioeconômico da população, cujos dados mais relevantes encontram-se no Quadro 2: Características Gerais da População em Situação de Rua, que acompanha esta parte do relatório.

Na segunda e última parte são apresentadas as características gerais de alguns grupos de interesse de SMADS: Idosos, Adultos Jovens Acolhidos, Acolhidos Sós Com Autonomia e Família. Além desses 4 grupos são apresentados mais dois que a Fipe considera relevantes na política de atenção a essa população: Egressos do Sistema Prisional e LGBT. Esses grupos são tratados enquanto categorias de análise para melhor qualificá-los e o texto é acompanhado do Quadro 3: Características Gerais de Alguns Grupos da População em Situação De Rua.

Os dados do grupo Egressos são apresentados no Quadro 3: Dados Comparativos de Egressos em Relação aos Não Egressos, Acolhidos E Rua e os do grupo LGBT são apresentados no Quadro 4: Dados Comparativos do Grupo LGBT em Relação aos Heterossexuais, Acolhidos e Rua, ao final do relatório.

Coordenação Geral
Sílvia Maria Schor

Pesquisadores Seniores
Ana Maria Gambier Campo
Maria Antonieta da Costa Vieira
Michiko Shiroma de Carvalho
Rinaldo Artes

Pesquisadores plenos
Elisabeth Aparecida Parro
Rosana Estrela Adamos

¹ Todas as análises e informações levantadas nas pesquisas realizadas pela FIPE constam dos relatórios entregues a SMADS.

DADOS DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO

Entre 23 de fevereiro e 26 de março de 2015 foi realizado na cidade de São Paulo, o levantamento censitário das pessoas em situação de rua com o objetivo de saber quantos são e onde estão. Para efeito deste censo, foram consideradas em situação de rua, pessoas que, no dia do levantamento, estavam pernoitando nos centros de acolhida e nas ruas e demais logradouros da cidade. Não foram, portanto, incluídas pessoas em situação de rua que nos dias do levantamento, encontravam-se em ocupações do Movimento de Moradia, internadas em hospitais ou em instituições fechadas como, presídios, clínicas de recuperação de álcool e drogas, hospitais psiquiátricos, etc.

O levantamento censitário, acima mencionado, contou 15.905 pessoas em situação de rua. Desse total, 8.570 (53,9%) encontravam-se nos serviços de atendimento a essa população e 7.335 (46,1%) foram recenseadas nas ruas e demais espaços públicos da cidade. Esses dois subgrupos são designados respectivamente “acolhidos” e “rua”.

Comparando-se os dados deste censo com os de períodos anteriores, 2000, 2009 e 2011 constata-se que a população em situação de rua vem aumentando continuamente na cidade de São Paulo. Entre 2000 e 2015 registrou-se um crescimento de 82,7%, passando de 8.706 para 15.905 pessoas, com maior participação dos acolhidos, conforme registrado nos três últimos censos.

Ano*	Rua	Acolhidos	Pessoas em Situação e Rua
2000	5.013	3.693	8.706
2009	6.587	7.079	13.666
2011	6.765	7.713	14.478
2015	7.335	8.570	15.905

(*) Todos os levantamentos censitários foram realizados pela FIPE, exceto o de 2011, que foi realizado pela FESP-Fundação Escola de Sociologia e Política. O censo de 2000 foi o primeiro levantamento de caráter censitário da população em situação de rua da cidade de São Paulo.

A trajetória de crescimento do número de pessoas em situação de rua foi bastante elevada durante todo o período, comparada à da população da cidade de São Paulo. Entre 2000 e 2015, a variação anual da população de São Paulo foi de 0,7%, enquanto a da população em situação de rua foi de 4,1%, indicando o aumento da participação dessa população no total da cidade. A participação dos acolhidos foi mais acentuada que a da rua nessa variação anual, com 5,8% e 2,6%, respectivamente.

Resultados para a área central e demais áreas da cidade

A metodologia do levantamento censitário, definida em 2000 e utilizada em todos os censos realizados pela Fipe, permite que os resultados sejam apresentados para cada um dos distritos municipais, por subprefeitura e por regiões da cidade. É possível também, agregar os resultados para a denominada área central constituída pelos distritos da Subprefeitura Sé mais os distritos do Pari e Brás. Os demais distritos são definidos como área não central. Em números absolutos, a população em situação de rua tanto da área central como da não central cresceu continuamente de 2000 a 2015: na área central, passou de 4.676 para 7.932 pessoas e na área não central, de 4.030 para 7.973.

No período de 2000 a 2009, a variação anual foi de 3,6% na área central e de 1,3% na não central. De 2009 a 2015, a variação se inverte: 0,6% na área central e 3,3% na área não central, ou seja, a população de rua tem crescido mais na área não central.

Distribuição espacial da população

A distribuição de pessoas recenseadas na rua apresenta uma grande variação entre os distritos nos censos de 2009 e 2015, registrando-se aumento significativo em Santa Cecília e grande redução na República. Entre os distritos de áreas não centrais, Jabaquara, Cambuci, Freguesia do Ó e Cidade Dutra aumentaram mais que o dobro o número de moradores de rua. A distribuição por subprefeituras destaca a Sé com o maior número de pessoas encontradas na rua: 3.863 em 2015.

A agregação dos dados por região revela que em todas elas houve entre 2009 e 2015, um aumento da população. A região centro é a que tem o maior número na rua, com 52,7% do total, seguida da Sudeste, com 14,8% e a Oeste com 9,3%. Nessas 3 regiões foram encontradas 76,7% do total dos que pernoitam na rua.

Algumas informações sobre os pontos

Denominou-se “ponto”, o local em que as pessoas de rua foram encontradas e onde costumam pernoitar ou permanecer: calçadas, área externa de imóvel, praças, baixos de viaduto, mocós, terminais de transporte coletivo, etc. Foram identificados 2.802 pontos distribuídos em vários locais da cidade. No caso dos acolhidos, o ponto é o endereço dos serviços em que estavam abrigados no dia do censo.

Nas calçadas, foram encontrados 63% dos pontos. O entorno da maioria dos pontos é de uso e ocupação predominantemente comercial/serviços (57,4%) e de uso misto de residência e comércio (28,4%).

O número de pontos apresentou grande variação entre as subprefeituras. Na Sé, foram encontrados 42,8% de pontos, seguida da subprefeitura Mooca, com 8,5%. Juntas, essas duas subprefeituras abrigam a metade dos pontos encontrados em toda a cidade.

O número de moradores por ponto variou de 1 (60,2%) a mais de 20 pessoas (1,9%), sendo que a proporção decresce conforme aumenta o número de pessoas por ponto. Importante destacar que a presença de até 3 pessoas por ponto é maior nas áreas da região não central, invertendo essa posição a partir da presença de 4 pessoas por ponto, quando a região central passa a ter uma proporção bem maior.

Outro aspecto importante neste censo refere-se à pouca presença de crianças e adolescentes (2,1%) bem como de famílias (1,2%) nos pontos. Por outro lado, foram encontrados 332 pontos com barracas, prevalecendo nas subprefeituras Sé, com 38,9%, na Mooca com 11,1% e na Lapa com 9%.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

As características apresentadas a seguir referem-se aos seguintes blocos de dados: características demográficas, família e vínculos familiares, alternativas de pernoite, tempo de rua e idade com que foi para a rua, trabalho e benefícios, saúde e serviços, uso de álcool e drogas, internação em instituições, cidadania e saída da rua. Os dados destacados são apenas os resultados mais relevantes dessa população pesquisada nos centros de acolhida e nas ruas.

Aspectos demográficos

A população em situação de rua é constituída majoritariamente de pessoas do sexo masculino, com uma proporção semelhante entre os acolhidos e os de rua, da ordem de 88%. A idade média é de 43 anos entre os acolhidos e de 41 anos na rua. Não há diferenças expressivas entre os dois grupos da população quanto à distribuição etária, embora se estime que os acolhidos sejam relativamente mais idosos. Os adultos jovens até 30 anos, nos dois grupos, têm a mesma participação (20%). Grande parte da população concentra-se na faixa de 31 a 49 anos, em menor proporção entre os acolhidos (48% e 56%). Pessoas com 50 anos ou mais têm maior presença entre os acolhidos do que na rua (32% e 24%).

Quanto à cor declarada, a maioria é de “não brancos” (pretos, pardos, amarelos e indígenas): 69,7% entre os acolhidos e 72,1% nas ruas.

A escolaridade dessa população é baixa, com uma porcentagem de analfabetos (7,1% e 9,6%) superior à do município de São Paulo. É também reduzida a proporção dos que completaram o Ensino Fundamental: pouco mais de 15% nos dois grupos e dos que concluíram o Ensino Médio 20,9% de acolhidos e 16,6% de rua.

Quanto ao local de origem e migração, constatou-se a presença expressiva de pessoas nascidas no município de São Paulo (26,6% de acolhidos e 29% rua), mas a presença de migrantes na composição da população em situação de rua é majoritária: 73,4% e 71,0%, respectivamente entre acolhidos e rua. A maior participação é de oriundos da região Sudeste e Nordeste.

A proporção dos migrantes com menos de 1 ano em São Paulo é significativamente maior nos centros de acolhida do que nas ruas (24% e 10%). Inversamente, os migrantes que vivem há mais de cinco anos na cidade estão em proporção bem maior entre os que vivem nas ruas (74%) do que entre os acolhidos (59%).

Fato social relativamente recente na cidade é a presença de imigrantes vivendo em situação de rua (7% acolhidos e 1% rua). Esses estrangeiros são oriundos principalmente de países africanos que, chegando à cidade procuram os serviços da rede de assistência social. Apesar de constituírem um grupo relativamente pequeno, verifica-se uma tendência ao crescimento em futuro próximo com a intensificação do fluxo de refugiados para a capital, oriundos de países que passam por dificuldades econômicas e conflitos de natureza política, étnica e religiosa.

Família e Vínculos familiares

Sob este tema foi verificada a situação atual e anterior à ida para a rua, quanto à presença ou não, de pessoas em seu convívio. A vida solitária das pessoas em situação de rua é um fato constatado pelo elevado índice de pessoas sós encontradas no censo de 2015.

Entre os acolhidos, pouco mais de 80% disseram que atualmente vivem sós e quase 20%, desfrutam da companhia de familiares e/ou de pessoas sem relação de parentesco. Antes da perda da última moradia e da ida para a rua, 26% que viviam sós, enquanto 68,9% moravam com familiares e pouco mais de 5%, com pessoas sem relação de parentesco.

Entre as pessoas recenseadas nas ruas, atualmente, 69% vivem sós, 16,5% vivem com algum familiar e quase 16% vivem com pessoas sem relação de parentesco. Anteriormente, 18% viviam sós e 79,2% moravam com familiares e 3,4% com pessoas sem relação de parentesco.

No confronto dos dois momentos da vida das pessoas em situação de rua observa-se um significativo aumento de pessoas sozinhas e uma expressiva redução de pessoas convivendo com membros da família. Mas entre os de rua, verifica-se a configuração de um novo arranjo familiar/afetivo: aumenta a proporção de pessoas que passam a conviver com amigos e pessoas sem relação de parentesco.

Alternativas de pernoite

Os logradouros da cidade e os centros de acolhida (CA) são os locais em que a população em situação de rua costuma pernoitar. Eventualmente podem pernoitar em outros locais como casa de amigos, parentes, local de trabalho, igreja, dependendo das relações sociais e vínculos afetivos que conseguiram manter. O quarto de hotel ou pensão pode ser utilizado quando conseguem recursos para essas alternativas. Como normalmente alternam períodos em CA e rua, foi verificado quantos acolhidos já dormiram na rua e quantos moradores de rua já dormiram em CA. A grande maioria dos acolhidos declarou já ter dormido na rua (82%) e

parcela relativamente pequena dormiu apenas em CA (18%). Com relação à rua, é elevada a proporção de pessoas que pernoveram em centro de acolhida (77%), enquanto os que só dormiram na rua são 23%. Na semana anterior ao dia da pesquisa, 82% dos moradores de rua não procuraram por vaga em CA. Dos 18% que o fizeram, apenas 7% conseguiram vaga.

Tempo de rua e idade com que foi para a rua

O tempo que a população está em situação de rua é uma informação importante nos estudos sobre suas condições de vida, sobretudo porque se sabe que com o decorrer do tempo, as condições a que essas pessoas são submetidas a tornam mais vulneráveis, alteram seu comportamento, suas percepções e possibilidades de reinserção no mercado de trabalho e em programas que visam recuperar sua autonomia. Verificou-se que esse tempo é muito amplo e guarda algumas diferenças entre acolhidos e moradores de rua.

Estima-se em 5,1 anos o tempo médio de rua dos acolhidos e 2 anos a mediana, enquanto esse tempo é estimado em 6 anos e mediana de 4 anos para as pessoas pernoverando nas ruas.

Existe uma parcela de quase 40% entre os acolhidos que tem até 1 ano de tempo de rua, são pessoas recém chegadas a essa situação. Essa proporção é cerca de 10% menor na rua (28,8%). Entre os acolhidos, a proporção decresce à medida que aumenta a faixa de tempo de rua, ocorrendo o inverso na rua. Assim, com mais de 1 a 5 anos, há 31,7% de acolhidos e 33,7% de rua e com 5 anos ou mais, encontram-se 28,4% de acolhidos e 37,5% de rua.

A informação sobre a idade com que essas pessoas passaram a viver na rua revela que poucos tinham menos de 18 anos (3,1% e 6,3%) quando foram para a rua. A grande maioria, tanto entre os acolhidos como os de rua passou à situação de rua, entre os 18 e 49 anos (76,6% e 81,1%). Essa proporção cai significativamente em relação ao grupo com 50 anos e mais (20,3% e 12,6%). São pessoas que não envelheceram na rua, mas nela passaram a viver com idade já avançada, tendo-se encontrado nesse grupo, idosos com mais de 60 anos.

A idade média com que essa população chegou à situação de rua é de 38 anos entre os acolhidos e 35 anos entre os de rua.

Trabalho e benefícios

A população de rua tem um histórico de perdas e o emprego é uma das mais importantes; extingue-se, de imediato, a fonte de rendimentos podendo gerar instabilidade familiar/econômica que nem todos sabem, ou têm condições de enfrentar. O objetivo deste

item foi o de conhecer a forma como essa população obtém renda monetária para seus gastos pessoais. E isso implicava em saber se são assalariados com emprego formal ou informal, ou se trabalham por conta própria e fazendo bicos.

São poucos os que informaram ter emprego com registro em carteira: 7,2% entre acolhidos e 2,2% entre os de rua. Essa proporção é maior quando se trata de pessoas empregadas sem registro em carteira (10,7% e 2,6%). De qualquer forma, 17,9% dos acolhidos e 4,8% dos de rua informaram receber salário mensal.

Embora sobreviva sem emprego regular, a maioria obtém renda através de trabalho por conta própria ou bicos (57,7% e 73,8%), enquanto uma parte significativa declarou não estar trabalhando (25,8% e 20,7%). A estimativa do percentual de rua que não estavam trabalhando não excluiu a possibilidade de realização de algumas atividades para obtenção de dinheiro: mendicância e atividades ilícitas. Entre os acolhidos nessa condição, as atividades mencionadas foram mendicância e atividades artísticas nas ruas, catação e atividades denominadas ilícitas.

Entre as pessoas recenseadas nas ruas que fazem bicos ou trabalham por conta, prevalecem as atividades típicas de rua, como catador de material reciclável, vendedor ambulante, flanelinha, entregador de panfleto, carga e descarga, entre outras.

Cabe lembrar que uma parcela recebe benefícios ou aposentadoria, o que possivelmente lhes permite não trabalhar. Além disso, a prática da mendicância é uma forma comum de obtenção de renda na rua.

Entre os benefícios que recebem o Bolsa Família/ Renda Mínima/Renda Cidadã são os mais comuns alcançando 49,1% dos acolhidos e 23,1% de rua. Há ainda o BPC para cujo acesso há algumas condições: ter 65 anos, ou, no caso de ter menos idade, ser portador de deficiência e não ter outra fonte de renda. Esse benefício alcança poucos (5,1% de acolhidos e 2% de rua), assim como a aposentadoria ou pensão que se restringe aos que têm direitos previdenciários (6,3% de acolhidos e 2,3% de rua). Na rua, 71,3% não recebem nenhum benefício, o mesmo ocorrendo com 40,3% dos acolhidos.

Saúde e serviços

Ao analisar aspectos de saúde e serviços, houve a preocupação de verificar se a população em situação de rua está utilizando os serviços de saúde, quais são e quando foram utilizados pela última vez. Além disso, sabendo-se que a rua cria condições adversas para a saúde, procurou conhecer a incidência de doenças declaradas pelos entrevistados, principalmente as crônicas.

Os serviços de atenção básica, como posto de saúde/UBS/AMA foram utilizados pela maioria dos acolhidos e rua: 71,3% e 57,6%, respectivamente. Recorreram a pronto socorro/hospital: 44,2% de acolhidos e 42,1% rua e, em menor proporção, foram procurados o CAPS e o Consultório na Rua. Declararam não utilizar nenhum dos serviços, 4,5% dos acolhidos e 16,1% de rua.

Os que recorreram aos serviços mencionados pela última vez, o fizeram recentemente (até 3 meses), sendo maior a proporção entre os acolhidos (81,4%) do que entre os de rua (58,4%). Os que procuraram o serviço pela última vez há mais tempo (há até 6 meses) correspondem a 88,1% dos acolhidos e 69,6% dos moradores de rua, o que revela que a maioria dessa população está tendo acesso aos serviços de saúde.

São vários os problemas de saúde declarados nos dois grupos analisados, em proporções não muito diferentes, porém, alguns são apontados em maior proporção entre os de rua, como é o caso de problemas de saúde bucal (27,5% e 34,5%), sequela de acidentes (26% e 26,7%), HIV (3,3% e 4,5%) e tuberculose (3,9% e 4,5%). Os demais problemas, como depressão/doença dos nervos e dores crônicas atingem igualmente os dois grupos analisados. Os portadores de algum tipo de deficiência auditiva, visual ou motora severa foram encontrados em maior proporção nos CA do que na rua (17,7% e 8,2%).

Um dado importante referente à prevenção de HIV e DST é o uso de preservativo nas relações sexuais. Entre os acolhidos, é maior a proporção dos que usam sempre (50%) do que entre os de rua (41%).

Há grupos mais vulneráveis do que outros na população de rua em relação à questão da saúde, que indicam a necessidade de atenção específica. As mulheres apresentam mais problemas, especialmente na rua, onde a prevalência em quase todos os tipos de agravos é mais alta entre elas do que no grupo masculino, destacando-se: depressão, problema respiratório, hipertensão, HIV. Entre os idosos é mais alta a proporção de problemas decorrentes da faixa etária: hipertensão, diabetes, problemas cardíacos, dores crônicas.

Uso de álcool e drogas

O uso de substâncias psicoativas é uma constante nas ruas e está amplamente generalizado nessa população, sendo maior nas ruas do que nos centros de acolhida (54,3% e 83,8%).

A substância mais utilizada é o álcool: 44,6% e 70,1% entre acolhidos e rua, respectivamente. As drogas ilícitas são consumidas por 52,5% dos que estão na rua e 28,7% dos acolhidos. Outros

usam combinadamente as diversas substâncias psicoativas, sendo menor a proporção de acolhidos do que rua (19% e 39%).

Entre os acolhidos, o uso de álcool e drogas ilícitas é bem maior entre os homens do que no grupo feminino: não usam nem álcool nem drogas 72% das mulheres acolhidas, mas entre os homens a proporção é de 42%.

Na rua, o consumo de álcool e drogas também é maior entre os homens (85%) do que entre as mulheres (75%), mas o percentual de uso de drogas ilícitas entre as mulheres é semelhante ao encontrado no grupo masculino (52%).

A variação do consumo de álcool e drogas guarda forte relação com a idade principalmente quando se considera o uso de drogas ilícitas. Na rua, entre os jovens com até 30 anos, 77% usam alguma droga. Esta proporção vai diminuindo conforme aumenta a idade, chegando a 24% entre os que têm 50 anos ou mais.

O uso do álcool apresenta um comportamento diferente. Ele está presente, com poucas variações, em todas as faixas etárias. Isto significa que, no caso dos jovens, não se trata de uma substituição de álcool por drogas, mas uma combinação de ambos. Entre os acolhidos, onde o consumo de drogas ilícitas é bem menor verificam-se também variações de acordo com a faixa etária. Estima-se em 41% o consumo entre os adultos jovens até 30 anos. A proporção vai diminuindo conforme aumenta a idade, sendo apenas 13% entre os acolhidos com 50 anos ou mais.

O uso de drogas por jovens de até 30 anos é bem maior na rua do que entre os acolhidos (41,4% e 77,2%). As drogas ilícitas são utilizadas em maior proporção entre os de rua do que entre os acolhidos. O crack figura entre as drogas mais usadas na rua (11,9% e 34,5%), seguida da maconha (18,8% e 33,1%) e da cocaína (10,9% e 20,8%). O uso de inalante é pouco expressivo, porém, é também maior na rua.

O uso de drogas não constitui um problema específico da população de rua, mas atinge a sociedade como um todo. No entanto, nos grupos mais vulneráveis da população as consequências da droga têm repercussões mais graves, seja pela criminalização dos usuários seja pela ausência de políticas de prevenção e tratamento de dependentes.

Internação em instituições

O histórico institucional da população em situação de rua é importante, uma vez que mais da metade dos acolhidos e rua passou por internação em alguma instituição (53,7% de acolhidos e 63,8% de rua). As instituições que se destacam são as do sistema prisional e as clínicas de recuperação de dependência de drogas ou álcool.

Entre os acolhidos, 30,5% passaram por clínicas de recuperação de dependência de drogas ou álcool, 27,5% pelo sistema prisional e pequena parcela passou por instituições psiquiátricas (11%) e Fundação Casa (10%).

Com relação à rua, 40% já passaram pelo sistema prisional, 32,8%, por clínicas de recuperação de dependência de álcool e drogas e 12% pela Fundação Casa. Ter passado por instituições parece ser um indicativo do perfil das gerações mais novas da população em situação de rua. O histórico de internação é mais frequente entre os mais jovens. Na rua, 44% na faixa de 18 a 30 anos e 54% na faixa dos 31 a 40 anos estiveram em casas de detenção.

Cidadania e saída da rua

O tema cidadania refere-se aos direitos sociais, políticos e econômicos que conferem uma vida digna às pessoas. Foram levantados alguns dados referentes à posse de documentos, à violência sofrida na rua e à participação em movimentos sociais. Foi ainda verificada a percepção dessa população quanto à possibilidade de saída da situação de rua.

A maioria dos acolhidos e rua afirmou possuir pelo menos um documento (98% e 80%). Foram selecionados 4 documentos considerados mais importantes para o exercício da cidadania: carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e título de eleitor, para verificar quantos possuem todos eles. Verificou-se que é bem maior a proporção de acolhidos que possuem todos os documentos mencionados do que os de rua (64% e 34%).

A violência praticada contra a população em situação de rua é bem conhecida e toma várias formas desde a agressão verbal até a tentativa de homicídio. Tanto os acolhidos como os de rua foram vítimas das seguintes formas de violência: agressão verbal como xingamento, ofensa e humilhação (55% e 70%), roubo/furto (59% e 64%), agressão física (38% e 50%), tentativa de homicídio com facada, tiro (16% e 24%), remoção forçada (25% e 38%) e violência sexual (4% e 6%).

Os praticantes dessas agressões são em grande parte as próprias pessoas que pernoitam nas ruas, os agentes de segurança pública (polícia civil, militar e GCM), os agentes de segurança

privada e transeuntes, sendo que todos praticam diferentes atos de violência contra a população em situação de rua.

Outro indicador da inserção dessa população na vida política e social é a sua participação em Movimentos Sociais. Constatou-se que a grande maioria, tanto de acolhidos (84%) quanto de rua (89%) não participa de nenhum Movimento. Entre os acolhidos, uma parcela de 7% participa do Movimento Nacional de População de Rua e 8% participam do Movimento de Luta por Moradia, enquanto entre os de rua, 5% participam de cada um desses Movimentos.

A saída da rua é o objetivo maior dos programas sociais destinados à população em situação de rua e é difícil de ser alcançado. Para verificar de que forma essa população percebe sua possibilidade de sair da situação de rua, foram apresentadas algumas alternativas para que escolhesse aquela que mais o ajudaria a alcançar esse objetivo.

A moradia permanente foi a alternativa mais indicada pelos acolhidos (37%) e rua (30%). Ter um emprego fixo foi a segunda mais indicada pelos dois grupos: acolhidos (36%) e rua (26%). Entre estes a superação da dependência de álcool e droga foi indicada por 14%, proporção bem maior que a dos acolhidos (8%).

A saída da rua é um objetivo difícil de ser alcançado em função dos problemas que essas pessoas vêm acumulando, desde as razões que as levaram a essa situação até as consequências do tempo de rua. Por outro lado, os serviços públicos de assistência social, saúde, trabalho e habitação ainda não conseguem dar vazão às demandas específicas dessa população de forma a alcançar, conjuntamente, o objetivo de tirá-la da situação de rua.

Quadro 1: CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS		
Sexo, cor e idade		
População masculina	87,5	88,0
Não brancos (preto, pardo, amarelo, indígena)	69,7	72,1
Idade Média (em anos)	43	41
Faixa etária de 18 a 30 anos	20,0	20,0
Faixa etária de 31 a 49 anos	47,7	56,0
Faixa etária de 50 anos e mais	32,3	24,0
Escolaridade		
Analfabetos	7,1	9,6
Ensino fundamental completo	15,8	15,7
Ensino médio completo	20,9	16,6
Nível superior completo	3,6	3,8
Local de origem e Migração		
Nascidos no Município de São Paulo	26,6	29,0

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
Migraram para São Paulo	73,4	71,0
Migrantes que moram em S. Paulo há menos de 1 ano	24,0	10,3
Migrantes que moram em SP há 5 anos ou mais	59,0	74,5
Estrangeiros	7,0	1,0
2. FAMÍLIA e VÍNCULOS FAMILIARES		
Com quem vivem		
Vivem sozinhos	80,4	69,3
Vivem com algum familiar	12,6	16,5
Vivem com pessoas sem relação de parentesco	7,6	15,8
Com quem vivam antes de chegar à rua		
Viviam sozinhos	26,1	18,0
Viviam com algum familiar	68,9	79,2
Viviam com pessoas sem relação de parentesco	5,3	3,4
3. ALTERNATIVAS DE PERNOITE		
Já dormiu em centro de acolhida	-	77,0
Nunca dormiu em centro de acolhida	-	23,0
Já dormiu na rua (acolhidos)	81,9	-
Nunca dormiu na rua (acolhidos)	18,1	-
4. TEMPO DE RUA E IDADE DE IDA PARA RUA		
Tempo de rua		
Até 1 ano	39,9	28,8
Mais de 1 a 5 anos	31,7	33,7
5 anos ou mais	28,4	37,5
Idade com que foi para a rua		
Menos de 18 anos	3,1	6,3
De 18 a 49 anos	76,6	81,1
50 anos e mais	20,3	12,6
5. TRABALHO E BENEFÍCIOS		
Forma de obtenção de renda		
Empregado com registro em carteira	7,2	2,2
Empregado sem registro em carteira	10,7	2,6
Trabalha por conta própria/faz bicos	57,7	73,8
Não está trabalhando	25,8	20,7
Benefícios que recebem		
Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã	49,1	23,1
BPC (Benefício de prestação continuada)	5,1	2,0
Aposentadoria-Pensão	6,3	2,3
Outros	1,8	2,0
Não recebem nenhum benefício (BPC, Bolsa família)	40,3	71,3
6. SAÚDE E SERVIÇOS		
Atendimento de serviço de saúde		
Posto de Saúde/UBS/AMA	71,3	57,6
Pronto Socorro/Hospital	44,2	42,1
CAPS	15,8	11,9
Consultório na Rua	9,8	10,7
Não procura nada	4,5	16,1
Última vez que procurou serviço de saúde		
Até 3 meses	81,4	58,4
Até 6 meses	88,1	69,6
Problemas de saúde declarados		
Saúde bucal	27,5	34,5

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
Depressão/doença dos nervos	29,5	30,1
Dores crônicas (dor na coluna, reumatismo, artrite)	26,9	26,7
Sequela de acidentes (atropelamento, queda)	26,0	26,7
HIV	3,3	4,5
Tuberculose	3,9	4,5
Portador de alguma deficiência severa (auditiva/ visual/ motora)	17,7	8,2
7. USO DE ÁLCOOL E DROGAS		
Usa álcool e/ou drogas	54,3	83,8
Usa álcool	44,6	70,1
Usa drogas ilícitas	28,7	52,5
Usa álcool e droga	19,0	39,0
Uso de drogas por jovens de até 30 anos	41,4	77,2
Tipo de substâncias		
Usa crack	11,9	34,5
Usa maconha	18,8	33,1
Usa cocaína	10,9	20,8
Usa inalantes	1,5	4,2
8. INTERNAÇÃO EM INSTITUIÇÕES		
Esteve em alguma instituição	53,7	63,8
Sistema prisional	27,5	40,1
Clinica de recuperação de drogas ou álcool	30,5	32,8
9. CIDADANIA E SAÍDA DA RUA		
Documentos		
Possuem ao menos 1 documento	98,0	80,0
Possuem os 4 principais (RG, CPF, CT, TE)	64,0	34,0
Violência sofrida		
Agressão verbal	55,0	70,0
Roubo/furto	59,0	64,0
Agressão física	38,0	50,0
Tentativa de homicídio	16,0	24,0
Violência sexual	4,0	6,0
Remoção forçada	25,0	38,0
Participação		
Não participam de nenhum movimento	84,0	89,0
Participam do Mov. Nacional de População de Rua	7,0	5,0
Participam do Mov. De Luta por Moradia	8,0	5,0
O que ajudaria a sair da situação de rua		
Moradia permanente	37,0	30,0
Emprego fixo	36,0	26,0
Superação da dependência de álcool e drogas	8,0	14,0

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE ALGUNS GRUPOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A definição dos grupos reflete as prioridades de SMADS quanto aos subgrupos da população a serem analisados: idosos, famílias, pessoas sós em centros de acolhida e jovens na faixa de 18 a 35 anos, também nos centros de acolhida. Dois grupos complementares são apresentados, como resultado da pesquisa sócio econômica realizada: egressos do sistema penitenciários e GLBT.

IDOSOS

O envelhecimento da população brasileira é um fato que tem colocado novas questões para as políticas sociais, especialmente de saúde e assistência. Na situação de rua os idosos têm duplicada sua vulnerabilidade social. Às precárias condições de vida se somam problemas geracionais específicos: necessidade de maior atenção à saúde, dificuldades maiores de acesso a trabalho, ausência de respaldo familiar, que tornam a questão habitacional e de abrigo mais complexas.

A possibilidade de saída dos idosos dos centros de acolhida é pequena, o que leva SMADS a avaliar a provisão de condições de atendimento compatíveis com essa perspectiva. Por outro lado, os idosos que vivem na rua constituem um grupo altamente vulnerável em função da fragilidade de sua condição o que incita a medidas específicas dirigidas a este segmento.

Acolhimento dos idosos pela rede de assistência

Na população em situação de rua a proporção de idosos no grupo de acolhidos é 16%. A proporção de idosos entre os que vivem na rua é bem menor (7%). Estas diferenças indicam que a rede de proteção está sendo capaz de absorver grande parte dos idosos em situação de rua. Estima-se que em 2015, dos idosos recenseados, aproximadamente 80% estavam em centros de acolhida.

Entre os idosos acolhidos, pouco mais da metade (53%) se encontra em serviços destinados especialmente a eles (CAEs para idosos). Uma parcela significativa (38%) está abrigada nos CAs, que atendem diferentes grupos da população de rua, ou seja, não possuem serviços que possam responder às demandas específicas dos idosos.

Em relação aos idosos que estão na rua há uma demanda de abrigo que não está sendo absorvida. Estima-se que na semana anterior à pesquisa 18% dos idosos da rua tenham procurado vaga em centros de acolhida e 11% não tenham conseguido ser atendidos.

Perfil demográfico e trajetória para rua

Os idosos em situação de rua são principalmente homens, com idade média de 65 anos, sendo que a maioria tem de 60 a 64 anos. São em grande parte não brancos. A escolaridade do grupo é mais baixa do que das outras faixas etárias, especialmente na rua onde se estima que 20% não saibam ler ou escrever.

A situação de moradia anterior a ida para rua permite identificar dois grupos entre os idosos: o primeiro, majoritário, composto pelos que viviam com a família, predominando os que moravam com a família conjugal. O segundo, também significativo, principalmente entre os acolhidos (41%), formado pelos que já não tinham mais a família como referência de moradia, viviam sós ou com outras pessoas, ou seja, estavam teoricamente mais vulneráveis diante de situações de desemprego e problemas de saúde. Atualmente a grande maioria dos idosos vive só, em proporção maior do que a encontrada em outras faixas etárias, tanto na rua como nos centros de acolhida. Isto significa que não mantiveram ou refizeram laços de convivência permanente com a família.

Surpreende a idade média dos idosos quando foram para rua: 57,9 anos entre os acolhidos sendo que metade deles com 60 anos e mais. Isto indica que a presença de idosos na rua não se deve apenas ao envelhecimento de pessoas em situação de rua que não saíram desta condição, mas também a processos relacionados às condições de vida de idosos pobres, que estão levando para rua pessoas em idade avançada.

Condições de vida e atendimento pela rede de serviços

De modo geral, a qualidade de vida dos idosos de rua é inferior quando comparada à dos acolhidos, em decorrência das características da vida na rua, onde as condições de sobrevivência são muito mais precárias, violentas e desafiadoras. Entre as formas de violência destacam-se os furtos e roubos sofridos por 71% dos idosos que estão na rua, na maior parte das vezes, praticados por outras pessoas em situação de rua.

As condições de saúde dos idosos são mais frágeis do que a de outros grupos etários. Excetuando-se a hipertensão, os três principais problemas de saúde identificados coincidem

com os mais frequentes do conjunto da população em situação de rua - dores crônicas, problemas provocados por acidentes e depressão/ “doença dos nervos” - ainda que no grupo dos idosos as proporções destas doenças sejam mais altas. Além disto, um grupo significativo de idosos é portador de algum tipo de deficiência física grave (visual, auditiva, motora): 25% entre os acolhidos e 14% entre os de rua.

O atendimento da população de rua pela rede pública de saúde ocorre com maior frequência entre os idosos acolhidos do que entre os que estão na rua, com exceção do consultório na rua que atende 19% deste último grupo.

O uso de substâncias psicoativas é bem menor no grupo de idosos do que em outras faixas etárias, predominando o uso do álcool. O consumo é mais expressivo entre os que estão na rua. Os idosos em situação de rua não possuem um histórico institucional relevante, o que contrasta com a situação encontrada entre os mais jovens.

Parte significativa dos idosos, especialmente na rua, desenvolve atividades de trabalho eventual (bicos) para obtenção de renda e um grupo menor recorre a prática de mendicância. Entre os acolhidos 50% dos idosos não trabalham, parte deles recebe aposentadoria ou BPC.

Acesso a benefícios

Há um grupo significativo de idosos, especialmente na rua (65%), que não está recebendo benefícios a que teria direito (BPC e bolsa família), o que aponta para a necessidade de ampliação da cobertura para os que não estão sendo atingidos. O acesso a benefícios como o BPC criaria condições mais favoráveis para melhoria das condições de vida deste grupo. Deve-se observar que, respondendo à pergunta sobre o que mais os ajudariam a sair da rua, os idosos da rua destacaram o acesso a benefícios, que é sua principal fonte de renda. Entre os idosos acolhidos 40% possuem renda estável de pelo menos um salário mínimo, proveniente de aposentadoria ou BPC.

Uma questão que se coloca diante desta situação é: até que ponto seria possível pensar em soluções alternativas de acolhimento, com acomodações mais privativas para este grupo, que possui uma renda básica que não depende das oscilações do emprego. Um grupo que, por outro lado, tem possibilidades muito reduzidas de retornar de forma regular ao mercado de trabalho. Deve-se dizer que a possibilidade de ter uma moradia permanente apareceu como maior aspiração de mais da metade dos idosos acolhidos para sair da rua.

ADULTOS JOVENS ACOLHIDOS (18 a 35 anos)

A análise desse grupo baseia-se na pesquisa realizada exclusivamente com jovens de 18 a 35 anos nos centros de acolhida, com foco de interesse em trabalho e renda.

Aspectos demográficos e escolaridade

A idade média do grupo, assim como a mediana, é de 28 anos. A menor proporção está na faixa etária de 18 a 22 anos (16,1%) e a maior, de 33 a 35 anos (26%). O tempo médio que essas pessoas estão em situação de rua é de 2,5 anos, bem menor que a da população de acolhidos como um todo (5,1 anos). Trata-se de um grupo predominantemente masculino (93,4%), de pessoas não brancas (75%) e com 4,5% de analfabetos.

Com relação à escolaridade, foram destacadas duas informações importantes: escolaridade formal e participação em cursos profissionalizantes. Pelas declarações sobre escolaridade formal, estimou-se que 91% cursaram até o Fundamental, completo e incompleto e pouco mais de 42% atingiram o nível médio, completo e incompleto. Foram identificados 9% com nível superior, completo e incompleto. Cerca de 58% afirmaram ter feito algum curso profissionalizante distribuídos entre Pronatec com bolsa e sem bolsa, Senai/Senac, não Pronatec, cursos e oficinas ofertados pelos serviços, e outros cursos profissionalizantes.

Posse de documentos

A posse de documentos foi entendida, no âmbito da presente pesquisa, como uma importante condição para obtenção de emprego: cédula de identidade, título de eleitor e CPF, entre outros. Os resultados encontrados mostram que a posse de documentos é generalizada, entre os jovens adultos acolhidos. Apenas 4,2% não possuem qualquer documento.

Trabalho e renda

A preocupação com as condições de trabalho e geração de renda é justificada pela importância que a renda monetária ocupa na reprodução da vida das pessoas inseridas em uma economia de mercado. Do ponto de vista individual, a posse de renda monetária significa a capacidade de realizar transações de compra e venda e, assim, acessar bens e serviços. São, portanto, condições importantes para atingir autonomia e a saída das ruas.

A condição de assalariamento é relevante em vários aspectos. Do ponto de vista do volume e estabilidade dos fluxos monetários, o assalariado com carteira é similar ao assalariamento

informal, possibilitando, durante a vigência do vínculo empregatício, previsibilidade dos rendimentos a serem auferidos. Há possibilidade de planejamento dos dispêndios com bens e serviços, inclusive na participação de algum tipo de programa habitacional que tenha alguma contrapartida monetária do beneficiário (compatível com a renda). O assalariamento formal propicia direitos previdenciários, além de garantir maior estabilidade em função dos custos de dispensa. Assim entendendo, os trabalhadores assalariados abrigados nos centros de acolhida da rede desfrutam de uma posição privilegiada em relação aos demais trabalhadores.

O trabalhador por conta própria, é todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício e com assunção de seus próprios riscos. A instabilidade do fluxo de atividades e rendimentos é, portanto, maior para os que trabalham por conta própria do que para os assalariados.

Trabalho e composição da renda dos assalariados

Entre os jovens abrigados, 17,1% trabalham como assalariados com ou sem registro em carteira. Desse total, 41% trabalham com carteira assinada.

O comércio formal e atividades da indústria empregam cerca de 39% dos assalariados. Os serviços de limpeza/cozinha e construção civil, somados, totalizam 37% dos postos de trabalho e, no conjunto os quatro grupos de atividades atingem quase 80% do total de empregos. Aproximadamente 83% dos assalariados são contratados por empresas, o que é um indicador de estabilidade maior. Pouco mais de 50% dos assalariados ainda exercem algumas atividades eventuais que se assemelham às dos autônomos.

A média mensal do rendimento do trabalho assalariado declarado é de R\$1.153,00, muito próxima ao valor encontrado pelo levantamento do perfil socioeconômico da população de acolhidos, que foi de R\$ 1.024,00. As medianas também estão próximas: R\$ 1.002,00 para os jovens abrigados e R\$ 967,00 para a população de acolhidos. A renda média resultante das atividades eventuais realizadas pelos assalariados é compreensivelmente menor, cerca de R\$215,00.

O recebimento de benefícios não é uma fonte de renda complementar significativa. Apesar de aproximadamente 40% dos entrevistados terem mencionado recebimento de algum tipo de benefício, não consta das menções feitas, compreensivelmente, seguro desemprego, aposentadoria e BPC. Receberam Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã, cerca de 35% dos entrevistados enquanto 1% mencionaram ter recebido auxílio doença e bolsa aluguel. Os

valores médios dos benefícios foram estimados em pouco mais de R\$53,00. Somados todos esses valores na composição da renda média do assalariado, o valor total é da ordem de R\$1.421,29 e a mediana, R\$ 1.200,00, devendo-se observar esses valores com a devida cautela.

Atividades por conta própria, “bicos”

Aproximadamente 87% dos jovens hoje desempregados exerceram anteriormente um trabalho com registro em carteira. O tempo médio que deixaram esse emprego é de 2 anos sendo que para a metade dessa população, esse tempo situa-se em torno de 1 ano. Atualmente trabalham por conta própria, podendo exercer várias atividades. Para o conjunto de citações, construção civil, carga/descarga, montagem de palco e distribuidor de panfletos/homens placas apresentam, todas elas, percentual maior que 20%. Pode-se identificar um segundo conjunto de atividades, comércio ambulante, lava/guarda carro, flanelinha, limpeza/faxina– exceto doméstico, catador de materiais recicláveis, garçom, cozinheiro em bar, restaurante e mendicância com um número expressivo de menções, entre 10 e 20%. As demais atividades mencionadas apresentaram percentual menor que 10%.

Onde procuram e porque não encontram trabalho

Para conseguir trabalho, os autônomos mencionaram os caminhos que conhecem: procura de porta em porta/placas com ofertas de emprego (37,8%), pergunta às pessoas do centro de acolhida ou conhecidos (34,6%), vai ao CAT /sindicato/ONG/Igreja (24,1%), procura em agências de emprego (18,9%) ou é recrutado no albergue (13,4%), entre outras menções, lembrando que se trata de respostas múltiplas.

Entre as razões apontadas para não conseguir trabalho, foram selecionadas aquelas com maior frequência. Para o conjunto de razões, o preconceito dos empregadores foi citado quase com a mesma frequência (38,6%) das condições associadas aos próprios abrigados: ausência de endereço fixo (32,4%) e problemas com álcool e drogas (32,1%).

Renda das atividades autônomas

Estimou-se que as atividades autônomas renderam em média R\$ 714,00, com mediana de R\$500,00, no último mês. A obtenção dessa estimativa obrigou o levantamento da frequência

com que as atividades, todas elas eventuais, são exercidas, o que leva à consideração de possíveis erros de declaração dos entrevistados. Levou-se também em consideração, o recebimento de benefícios. Os resultados foram bastante similares aos encontrados para os assalariados: muito baixa presença dos benefícios, exceto o Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã, com 40% de menções.

Com a inclusão dos valores de benefícios recebidos, a renda média total dos autônomos foi calculada em R\$767,60. Esse valor foi composto pela renda média proveniente dos “bicos” de R\$713,34, acrescido da renda média dos benefícios, de R\$54,25.

A pesquisa realizada com os adultos jovens permitiu estimar o rendimento médio dos assalariados e dos autônomos com mais segurança, embora os resultados devam ainda ser interpretados com cautela.

PESSOAS SÓS NOS CENTROS DE ACOLHIDA

O foco da pesquisa realizada foi a estimativa da renda do trabalho das pessoas sós nos centros de acolhida. O objetivo da estimativa foi identificar a possível existência de pessoas com renda suficiente para participarem de programas de locação social ou outros tipos de programas habitacionais. Ademais, foi possível identificar um pequeno grupo com autonomia, definida como renda do trabalho suficiente para fazer frente aos gastos com moradia e demais despesas pessoais.

As características dos acolhidos que vivem sós

A grande maioria das pessoas em situação de rua vive só e a presença dessas pessoas é maior nos Centros de Acolhida do que na rua. Quase 85% vivem sozinhas nos Centros de Acolhida não Especiais, enquanto na rua, são 69%. É interessante que as características desse grupo de pessoas que vivem sós sejam analisadas, porque tais informações podem servir de subsídio para políticas públicas focadas no atendimento desse expressivo grupo.

Aspectos demográficos

Não se observam grandes discrepâncias em relação a sexo, cor e escolaridade entre este grupo e o total da população acolhida. A maioria é constituída de homens (93%) e pessoas não brancas (69%). Completaram o Ensino Fundamental, 16% e o Ensino Médio, 21%. Com média de idade de 44,2 anos, o grupo possui 31% de jovens entre 18 e 35 anos e 75% dos indivíduos com menos de 55 anos – um indicativo de que, em sua maioria, os acolhidos vivendo sozinhos estão abaixo do limite superior de 65 anos do conceito de População Economicamente Ativa (PEA) definido pelo IBGE. Mas há 17% de idosos com idade na faixa de 60 a 80 anos.

Posse de documentos

Quase todo o grupo (96%) possui ao menos um documento importante para a vida civil, enquanto 65% possuem o conjunto de 4 principais documentos (RG, CPF, Carteira de Trabalho ou Título de Eleitor). O porte destes documentos é relevante na medida em que possibilita ao indivíduo o requerimento de benefícios, a obtenção de emprego e a abertura de conta bancária.

Trabalho e renda

A pesquisa socioeconômica apontou também que a maioria dos acolhidos que vivem sozinhos desenvolve atividades para obtenção de renda, sejam elas formais ou informais: 74% reportaram exercer atividades das mais diversas para auferir renda. Cerca de 60% realizam atividades esporádicas e intermitentes (ou “bicos”), outros 10% estão empregados com registro em carteira e quase 7% estão empregados sem registro em carteira. Desta maneira, é importante notar que cerca de 17% dos acolhidos só estão inseridos em relações de trabalho cujo vínculo garante, através do assalariamento, a regularidade do fluxo de renda. É esta relativa estabilidade a condição primeira daquilo que se procura entender como “autonomia”.

Benefícios e aposentadoria

Apurou-se ainda, que 60% do grupo recebe algum tipo de benefício, sendo que 6% recebem o BPC e 7%, aposentadoria. Ainda que a pesquisa socioeconômica não tenha captado o valor desses benefícios, o conhecimento de que 13% dos acolhidos vivendo sozinhos recebem benefícios mensais no valor de, ao menos, um salário mínimo é uma informação valiosa para SMADS, sobretudo quando é de interesse identificar condições de autonomia das pessoas deste grupo.

Tempo de rua

O tempo de rua médio encontrado foi de 5,1 anos, e mais da metade do grupo (54%) está na rua há menos de dois anos. No entanto, há uma expressiva parcela (16%) com mais de 10 anos de rua. Pode-se supor que, para estes indivíduos, as condições de saúde física e mental sejam mais difíceis, bem como seu entendimento de rotina, responsabilidades e de convívio social, fatores decerto fundamentais à obtenção de trabalho e, no limite, à saída definitiva da rua.

Álcool e drogas

Como fator agravante das condições dos indivíduos acolhidos vivendo sozinhos está o uso de droga e álcool. Não se sabe a quantidade consumida, apenas a frequência aproximada do uso dessas substâncias. Usam álcool diariamente, 22%, alguns dias por semana, 43% e menos de uma vez por semana, 35%. Usam drogas diariamente, 34%, alguns dias por semana, 38% e menos de uma vez por semana, 28%.

Saída da rua

As duas condições consideradas mais importantes para a saída da rua foram, respectivamente, ter emprego fixo, apontado por 36% dos entrevistados e ter moradia permanente (35%). A superação da dependência de álcool e drogas foi escolhida por 6% enquanto o recebimento do BPC e aposentadoria seriam prioritários para 9% das pessoas sós. Se o recebimento de benefício e o emprego fixo são entendidos como garantia de um fluxo de renda mínimo para que o próprio indivíduo seja capaz de prover-se daquilo que considera básico e fundamental é possível afirmar que 45% dos acolhidos vivendo sós priorizam, nesse aspecto, a condição de autonomia, de autossuficiência – pelo menos sob o viés monetário.

Acolhidos sós com autonomia e com autonomia parcial

Para identificar pessoas acolhidas vivendo sós com autonomia, é importante que o conceito de *autonomia* seja definido e que a partir dessa definição conceitual obtenha-se uma definição operacional capaz de verificar a existência e a magnitude desse grupo.

Entende-se por autonomia a capacidade de um indivíduo gerir sua própria vida, tomar decisões por si só, não depender de terceiros. Para uma população que depende fundamentalmente de serviços públicos de assistência, esta definição deve se aproximar da capacidade do indivíduo prover as condições materiais mínimas à sua sobrevivência.

Assim, o autônomo se caracteriza como aquele cujo rendimento é suficiente para a cobertura de suas necessidades básicas, incluindo os gastos com moradia. Deve receber salário semanal, quinzenal ou mensal, estando empregado com ou sem registro em carteira. Caso não trabalhe empregado, deve receber BPC ou aposentadoria que garanta sua subsistência fora do abrigo. A existência do fluxo de renda estável é condição necessária, mas não suficiente para a autonomia. O nível do rendimento deve obrigatoriamente garantir as condições materiais básicas que permitam a saída do abrigo, bem como a dignidade do autônomo fora da rede. Deixar o centro de acolhida implica em arcar com os custos de moradia e com os demais custos de sobrevivência (comida, roupas, transporte, produtos de higiene, entre outros).

Para determinar o nível de rendimento suficiente para a condição de autonomia, são necessários dois parâmetros: o custo da moradia e o custo mínimo necessário para as despesas básicas.

O custo da moradia não será um montante específico, mas uma porcentagem do rendimento do acolhido. Trabalha-se com o nível de 25% de comprometimento da renda, pois é este o

percentual utilizado em programas de financiamento ou locação de Morádias de Interesse Social. Comprometimentos de renda muito acima desse percentual geram ônus excessivo com moradia, comprimindo a renda disponível para os demais gastos com a subsistência. No longo prazo, isso pode ameaçar a autonomia do indivíduo, levando-o de volta à rede.

Excluído do rendimento mensal, o valor correspondente ao gasto com moradia, o restante deve ser um valor suficiente para a cobertura das despesas básicas de sobrevivência, no mesmo nível das pessoas que vivem em morádias de baixo custo, como cortiços, pensões, hotéis. Dessa forma, a média da Renda Disponível (RD) dos indivíduos encortiçados vivendo sozinhos dá um referencial do gasto médio destas pessoas com alimentação, transporte, vestuário, entre outros. Esta média é, enfim, o parâmetro buscado do valor mínimo que um acolhido autônomo necessita para sobreviver em um cortiço, depois de pagar a contrapartida monetária de 25% da sua renda para a moradia. Para o Censo 2010, o valor médio da RD dos indivíduos encortiçados vivendo sozinhos ficou em R\$ 720,43, a preços de Junho de 2015 pelo IPCA. Este valor decorrente da definição operacional de autonomia é alto, o que reduz a magnitude do grupo de pessoas com autonomia. Verificou-se que o grupo de acolhidos que obedecem a esta definição operacional de autonomia corresponde a 5,1% dos acolhidos em centros não especiais.

Pode-se supor, porém, que exista um grupo de acolhidos empregados que, apesar de não atingirem o patamar mínimo de renda da definição operacional, apresentam autonomia parcial. Isto significa que o rendimento desse grupo é suficiente para cobrir as despesas básicas de sobrevivência, menos a moradia.

Assim, pode-se definir o grupo de acolhidos parcialmente autônomos como o grupo de pessoas vivendo sozinhas nos centros de acolhida, empregadas com ou sem carteira assinada, com rendimento mínimo de R\$ 720,34, embora não suficiente para serem consideradas autônomas, pela definição operacional.

Este grupo de parcialmente autônomos é capaz de arcar, apenas, com os custos de vida não relacionados à moradia e representam 4,7% da população acolhida. Portanto, sua saída da rede só será possível, mediante assistência que garanta a cobertura dos custos de moradia. Programas de locação social seria um exemplo factível e adequado de política pública nesta conjuntura, uma vez que demandam do beneficiário alguma contrapartida monetária sem onerá-lo com o custo da moradia em sua totalidade.

De forma exploratória, repetiu-se o exercício de estimação do grupo autônomo e parcialmente autônomo para a população de rua, com o intuito de verificar sua existência. Constatou-se que

é possível identificar o grupo autônomo na rua, mas é expressivamente menor do que o grupo autônomo acolhido – representa apenas 1,6% da população que dorme nas ruas. O grupo parcialmente autônomo encontrado é estatisticamente irrelevante e praticamente inexistente.

Finalmente, é importante compreender que a condição de autonomia, mesmo dentro do grupo aqui considerado autônomo pela definição operacional, não é, de todo modo, absoluta. A população acolhida é, não obstante os critérios utilizados, fundamentalmente dependente dos serviços públicos da qual usufrui. A condição de autonomia deve ser, ainda que criteriosamente definida, tratada com devida cautela, por constituir tão somente uma relação de comparabilidade dentro da população de rua. O acolhido autônomo e o parcialmente autônomo decerto têm maior autonomia em relação ao restante da população acolhida. Em contrapartida, podem ser mais vulneráveis do que a população fora da situação de rua, examinados outros fatores como uso de álcool e droga, entre outros.

O processo de saída da rede é certamente complexo. Assim, considerar que um autônomo, por possuir renda suficiente para o custeio de suas necessidades básicas, seja integralmente capaz de se desvincular da rede e seguir sua vida de forma desassistida é uma forte suposição que desconsidera a multiplicidade dos conflitos diversos que levam esta população à situação de rua. A interação e articulação de SMADS com outras secretarias é, neste caso, de fundamental importância para a garantia de um encaminhamento destes dois grupos. No entanto, se bem executada, a política pública de realocação da população acolhida autônoma e parcialmente autônoma pode aumentar de forma significativa a eficiência da rede, liberando até 9,8% das vagas (segundo as estimativas apresentadas) dos serviços de acolhida não especiais para a população mais vulnerável da rua.

FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA

Pesquisas sobre população em situação de rua mostram que, de modo geral, a perda da moradia e a ida para a rua representam a ruptura das relações familiares. A pesquisa do perfil socioeconômico dessa população, realizada pela Fipe em 2015, estimou que cerca de 80% perderam seus vínculos familiares quando passaram a viver nos centros de acolhida e/ou nas ruas. No entanto, uma parcela dessa população conseguiu viver com membros de sua família. Estima-se que esse grupo constitui 13% de acolhidos e 17% de rua.

Os Centros de Acolhida (CA) que compõem a maior parte de rede de serviços para abrigar essa população não preveem o atendimento de casais com ou sem filhos, uma vez que a unidade de atendimento é a “vaga”. A atual diversificação da rede de serviços de SMADS, com os Centros de Acolhida Especiais, e novos programas criados em parceria com outras secretarias, ainda abrigam uma proporção relativamente pequena de famílias com ou sem filhos.

Na composição do grupo “família em situação de rua” foram consideradas as pessoas que declararam estar vivendo com algum familiar nos centros de acolhida ou nas ruas. São pessoas que conseguiram manter, total ou parcialmente, os vínculos familiares anteriores ou que, na rua, constituíram novos laços familiares/afetivos.

Para a caracterização das condições de vida do grupo familiar foram selecionadas algumas das informações levantadas na pesquisa, relacionadas aos seguintes temas: perfil demográfico; centros de acolhida e rua; tempo de rua e idade com que foram para a rua; trabalho e renda; saúde e uso de álcool e drogas; cidadania e percepção sobre saída da rua.

Perfil das pessoas que atualmente vivem com a família

Do ponto de vista demográfico, alguns aspectos diferenciam esse grupo do restante da população em situação de rua. As mulheres participam em proporção expressiva (51% entre os acolhidos e 38% na rua)², bem superior à média verificada para o total da população em situação de rua (12%), indicando que grande parte das famílias é formada por mulheres acompanhadas por seus filhos e/ou cônjuge.

Trata-se de um grupo relativamente jovem em que cerca de 70% têm até 40 anos. A idade média dos acolhidos é 38 anos e dos de rua, 37 anos, com significativa participação dos adultos

² Neste texto, as porcentagens entre parêntesis referem-se sempre a acolhidos e rua, respectivamente.

jovens até 30 anos (28% e 26%) e menor presença dos mais velhos com 50 anos e mais (15% e 11%).

Alguns aspectos demográficos reproduzem o padrão verificado na população como um todo. Quanto à cor, predominam os não brancos. A escolaridade é, de modo geral, baixa: a taxa de analfabetos é elevada (8% e 11%) e menos de 20% concluíram o ensino fundamental e o médio. Tal como no conjunto da população em situação de rua, uma parte dos que vivem com a família é formada por paulistanos, mas predominam os que migraram para São Paulo (65% e 71%). A maioria dos migrantes vive na capital há mais de 5 anos (51% e 85%). No entanto, entre os acolhidos existe uma parcela significativa (36%), que vive na cidade há menos de um ano.

Finalmente cabe destacar, entre os acolhidos, a presença de estrangeiros (13%) que são em sua maioria, oriundos de países africanos, mas também do Chile, Nepal e Haiti.

Centros de Acolhida e Rua

Do total de famílias que utilizam a rede de assistência, metade é atendida nos Centros de Acolhida (CA) que não recebem casais com ou sem filhos. A outra metade é atendida nos Centros de Acolhida Especiais (CAE) e nos programas De Braços Abertos, Família em Foco, Autonomia em Foco e o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI). Esses programas acolhem pessoas ou grupos que necessitam de atendimento especializado como mulheres, famílias e imigrantes, entre outros.

De modo geral, a estratégia de vida nas ruas envolve o revezamento de períodos de pernoite em centros de acolhida e rua. Entre as famílias que utilizam os serviços de acolhida com regularidade, 74% já tiveram a experiência de dormir na rua, enquanto 26% dormiram apenas em centros de acolhida. Por outro lado, estima-se que 81% das pessoas com famílias nas ruas já dormiram em centros de acolhida.

Tempo de rua e Idade com que foi para a rua

Os acolhidos e os de rua que vivem com suas famílias apresentam trajetórias relativamente distintas entre si, com relação à idade com que foram para a rua e o tempo que aí vivem. Os acolhidos estão, em média, há menos tempo nessa situação e ao passarem para a rua tinham idade um pouco mais elevada. Estima-se que o tempo médio de rua dos acolhidos é 4,4 anos. A maior parte (52%) tem até 1 ano de rua e 24%, mais de 5 anos. A idade média com que chegaram à rua é estimada em 33 anos. Para 35% dos acolhidos o início da vida na rua ocorreu

quando ainda eram jovens (18 a 30 anos), mas para grande parte esse fato ocorreu entre 31 e 49 anos (48%).

Em relação aos de rua, o tempo médio de vida na rua foi estimado em 5,9 anos. Aproximadamente 31% têm até 1 ano de rua e 38%, mais de 5 anos. A idade média com que chegaram à rua é 31 anos. Calcula-se que 45% iniciaram a vida na rua quando ainda eram jovens (18 a 30 anos) e 39% tinham entre 31 e 49 anos.

Trabalho e Renda

A grande maioria das pessoas desse grupo declarou exercer alguma atividade para conseguir dinheiro, mas a condição de trabalho predominante é a realização de atividades por conta própria e bicos (53% e 77%). O emprego formal com registro, tanto para acolhidos como rua, aparece em proporção residual (5% e 2%), enquanto o emprego sem registro tem participação relativamente maior entre os acolhidos (16%), mas é inexpressivo entre os de rua (3%). Parte significativa dessas pessoas não estava trabalhando: 28% dos acolhidos e 18%, rua.

Estimar o rendimento auferido pelas pessoas em situação de rua acompanhadas de seus familiares apresenta uma grande dificuldade resultante do tamanho relativamente reduzido desse grupo: (13% do total de acolhidos e 17% dos de rua), o que limita a representatividade estatística dos resultados. A esse fator acresce o pequeno número de assalariados e os prováveis erros de declaração, restringindo ainda mais o significado das informações obtidas. As mesmas observações se aplicam à tentativa de estimar o rendimento dos que trabalham por conta própria e bicos, com dificuldades adicionais não apenas pelos esperados erros de declaração, mas também pela frequência irregular e a variabilidade dos recebimentos.

Além do rendimento do trabalho, uma parte dessas pessoas recebe benefícios tais como Bolsa Família, Bolsa Cidadã, Benefício de Prestação Continuada – BPC, entre outros, que garantem uma renda adicional para 58% dos acolhidos e 22% de rua.

Saúde e consumo de álcool/drogas

A pesquisa revelou que há uma ampla utilização dos serviços públicos de saúde entre as pessoas das famílias em situação de rua. Estima-se que 86% dos acolhidos e 66% de rua recorreram ao atendimento em diversas unidades de saúde nos últimos 3 meses. Entre os primeiros, apenas 1% não utilizaram esses serviços e entre os segundos, 11%.

Com relação ao consumo de substâncias psicoativas o perfil do grupo que vive com familiares é relativamente semelhante ao do conjunto da população em situação de rua. Estima-se que 45% dos acolhidos e 88% de rua estão na condição de consumidores de álcool, drogas ou ambos combinados. As drogas ilícitas mais utilizadas são o crack, maconha e cocaína, em proporções sempre mais elevadas entre os de rua, comparativamente aos acolhidos.

Cidadania, violência e participação

O tema Cidadania foi abordado nos seguintes aspectos: posse de documentos, o impedimento de acesso a determinados locais e a violência sofrida. Os resultados observados para esse grupo são, de modo geral, semelhantes aos do conjunto da população em situação de rua. Quase a totalidade tem ao menos um documento (99% e 79%) e é expressiva a proporção dos que têm os quatro principais documentos (RG, CPF, carteira de trabalho e título de eleitor): 55% e 39%.

Quanto à discriminação e violência sofrida por essas pessoas, não há discrepâncias entre os resultados encontrados para o conjunto da população em situação de rua. No entanto, vale destacar que o abuso sexual contra pessoas desse grupo ocorreu em proporção significativamente mais elevada. Nas famílias, 9% dos acolhidos e 10% de rua foram agredidos sexualmente, enquanto no conjunto da população foram 4% e 6%, respectivamente. As taxas mais elevadas de ocorrência de abuso sexual entre pessoas que vivem com a família, podem estar relacionadas à maior presença de mulheres entre elas.

Percepção sobre saída da rua

À pergunta sobre qual a principal condição que ajudaria a sair da rua foi mencionado em maior proporção o acesso a moradia permanente (47% e 38%), seguido de emprego fixo (38% e 27%). A superação da dependência de álcool e drogas foi mencionada principalmente pelos de rua (17%). É curioso observar que o retorno à casa da família não se coloca como alternativa para a quase totalidade das pessoas desse grupo.

EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

As indicações de crescimento na proporção de egressos do sistema penitenciário na população em situação de rua nos últimos anos sugeriram a necessidade de examinar nos dois grupos – rua e acolhidos – as características dos egressos, com o objetivo de saber se se diferenciam daqueles que não tiveram passagem pelo sistema prisional (Quadro 3).

Em seguida são destacadas algumas características onde foram encontradas diferenças. Os egressos, em geral, são mais jovens do que os não egressos (cerca de 5 anos em média). Entre eles é maior a proporção dos que não possuem documentos, principalmente entre os que vivem na rua (24%).

O uso de drogas ilícitas – crack, maconha, cocaína – é bem maior entre os egressos, tanto entre os acolhidos como entre os que vivem na rua.

A discriminação e violência sofrida pelos egressos, tanto acolhidos como de rua, é maior do que entre os não egressos, nas mais diversas formas de agressão: verbal, física, tentativa de homicídio e remoção.

LGBT

A partir dos dados da pesquisa amostral, estima-se, com 95% de confiança, que entre 5,3% e 8,9% da população em situação de rua pertençam à comunidade LGBT; nos centros de acolhida estima-se entre 4,5% e 10,1% e nas ruas, entre 5,4% e 9,0%. Na amostra, apenas 106 pessoas se identificaram como não sendo heterossexual (51 entre os acolhidos e 55 na rua). Esse pequeno número proíbe uma análise mais profunda e conclusiva desse grupo. Apesar disso, foi feita uma tentativa de caracterizar essas pessoas, comparando o seu perfil com o perfil daqueles que se declaram heterossexuais (Quadro 4).

Tal comparação deve ser tratada com cuidado, e as conclusões aqui elencadas devem ser vistas como a identificação de indícios que precisam e podem ser confirmados em pesquisas específicas com esse grupo de pessoas. Nesses termos, destacaremos variáveis que parecem ter um comportamento diferente ao se comparar a população LGBT com a heterossexual.

A partir da expansão dos resultados amostrais para a população, há indícios de que os membros da população LGBT tendam a ser mais jovens.

Em vários aspectos a população LGBT parece viver numa situação mais precária do que a heterossexual: há mais pessoas da população LGBT exercendo a mendicância e atividades marginalizadas (prostituição, venda de drogas e roubos).

As condições de saúde são mais precárias no grupo LGBT. O número de doenças que os afetam é maior do que entre os heterossexuais e há indícios de que seja maior a proporção de portadores de HIV e tuberculose. No entanto, o grupo LGBT procurou os serviços de saúde recentemente (nos últimos meses) em maior proporção do que o grupo heterossexual. Apesar de parte do grupo LGBT ser considerado um grupo de risco, o uso de preservativo nas relações sexuais é irregular, especialmente na rua.

A incidência de uso de drogas na população LGBT se apresenta maior do que na população heterossexual, principalmente na rua.

Em relação ao histórico institucional observa-se que, no grupo LGBT que vive na rua, há uma maior incidência de pessoas que passaram por instituições, especialmente pelo sistema penitenciário. De um modo geral, tanto entre os acolhidos como entre os moradores de rua, a população LGBT parece sofrer mais agressões do que a heterossexual.

Os dados apresentados sobre os egressos e o grupo LGBT fornecem algumas indicações sobre as características e vulnerabilidades destes grupos que compõem a população em situação de rua, que precisam ser levadas em conta na formulação das políticas sociais. No entanto, para conhecer melhor as características destes grupos, seria necessário desenvolver uma pesquisa específica.

Quadro 2: CARACTERÍSTICAS GERAIS DE ALGUNS GRUPOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
IDOSOS		
% sobre total de idosos em situação de rua	80,0	20,0
% sobre total de acolhidos e rua	16,0	7,0
Idosos em CAE para idosos	53,0	-
Idosos em CA	38,0	-
Perfil demográfico		
Homens	84,0	90,0
Idade média (em anos)	65	64,7
Não brancos	66,0	66,0
Não sabem ler e escrever	12,0	20,0
Trajetória para a rua		
Idade média de ida para a rua (em anos)	57,9	54,6
Ida para a rua com 60 anos e mais	49,0	38,0
Tempo médio de rua (em anos)	5,7	7,8
Até 2 anos em situação de rua	43,0	27,0
Mais de 5 anos em situação de rua	36,0	57,0
Antes da rua morava com familiares	59,0	70,0
Antes da rua morava só ou c/pessoas s/ parentesco	41,0	30,0
Atualmente vive só	89,0	91,0
Condição de saúde		
Portador de 2 ou mais agravos de saúde	62,0	71,0
Procurou serviço de saúde nos últimos 6 meses	88,0	61,0
Procurou UBS/Posto de saúde	74,0	57,0
Foi atendido pelo Consultório na Rua	9,0	19,0
Deficiência		
Deficiência grave (visual/auditiva/motora)	25,0	14,0
Deficientes idosos	22,0	12,0
Uso de álcool e drogas		
Uso de álcool	35,0	62,0
Uso de drogas ilícitas	3,0	10,0
Uso de crack	1,0	8,0
Uso de álcool e/ou drogas antes de ir para a rua	62,0	70,0
Discriminação e violência		
Sofreu furto/roubo	57,0	71,0
Trabalho e Benefícios		
Trabalha empregado	4,0	3,0
Não trabalha	50,0	31,0
Faz bicos	46,0	66,0
Mendicância	3,0	22,0
Recebe Bolsa Família	44,0	24,0
Benefícios e aposentadoria		
Recebe aposentadoria	26,0	7,0
Recebe BPC	16,0	5,0
Tem 65 anos e não recebe BPC ou aposentadoria	12,0	19,0
Não recebe nenhum benefício	20,0	65,0
O que mais ajudaria a sair da rua		
Ter moradia permanente	50,0	36,0
Receber benefício (BPC, Aposentadoria, etc.)	17,0	27,0
Retornar à casa da família	2,0	8,0

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
Não quer sair da rua	1,0	7,0
ADULTOS JOVENS ACOLHIDOS (18 a 35 anos)		
Idade média (em anos)	28	-
Participação em cursos profissionalizantes	58,1	-
Situação de trabalho e composição da renda		
Trabalho assalariado	17,0	-
Emprego formal	41,0	-
Participação % do salário na renda total	81,2	-
Participação % dos bicos na renda total	15,1	-
Participação % dos benefícios na renda total	3,8	-
Contratante do trabalhador assalariado		
Empresas	82,7	-
Famílias	17,3	-
Trabalho não assalariado		
Trabalho por conta própria, bicos	66,0	-
Não fazem nada	17,0	-
Participação % dos bicos no total da renda	92,9	-
Participação % dos benefícios no total da renda	7,1	-
Iniciativa para procurar emprego		
Procura de porta em porta/placas	37,8	-
Pergunta a conhecidos e pessoas do CA	34,6	-
Vai ao CAT/Sindicato/ONG/Igreja	24,1	-
Procura em agência de emprego	18,9	-
É recrutado no CA	13,4	-
Razões apontadas para não encontrar emprego		
Preconceito dos empregadores	38,6	-
Não ter endereço fixo	32,4	-
Problema com álcool/drogas	32,1	-
PESSOAS COM AUTONOMIA VIVENDO SÓS NOS CA		
Pessoas que vivem sós	85,0	69,0
Dados Demográficos		
Homens	93,0	-
Não brancos	69,0	-
Ensino fundamental completo	16,0	-
Ensino médio completo	21,0	-
Idade média (em anos)	44,2	-
Idade entre 18 a 35 anos	31,0	-
Idade menor que 55 anos	75,0	-
Idade entre 60 e 80 anos	17,0	-
Posse de documentos		
Possui RG, CPF, CT e TE	65,0	-
Possui RG ou CPF ou CT	96,0	-
Não possui nenhum documento	3,0	-
Tempo de rua		
Tempo médio de rua (em anos)	5,1	-
Há menos de 2 anos na rua	54,0	-
Há mais de 10 anos na rua	16,0	-
Trabalho e renda		
Fazem "bicos"	60,0	-
Empregados com registro em carteira	10,0	-
Empregados sem registro em carteira	7,0	-

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
Benefícios e aposentadoria		
Recebem BPC	6,0	-
Recebem aposentadoria	7,0	-
Recebem algum benefício	60,0	-
Álcool e drogas – frequência de uso		
Álcool, uso diário	22,0	-
Álcool, alguns dias por semana	43,0	-
Álcool, menos de uma vez por semana	35%	-
Drogas, uso diário	34,0	-
Drogas, alguns dias por semana	38,0	-
Drogas, menos de uma vez por semana	28,0	-
Autonomia e autonomia parcial		
Pessoas com autonomia	5,1	1,6
Pessoas com autonomia parcial	4,7	0,1
FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RUA		
Pessoas que vivem com familiares		
% sobre total da população em situação de rua	12,5	16,5
Pessoas que vivem com familiares nos Serviços		
Centro de Acolhida	50,2	
Centro de Acolhida Especial	37,0	
De Braços Abertos	11,9	
República	0,9	
Perfil demográfico		
Homens	48,9	62,5
Mulheres	51,1	37,5
Não brancos	77,9	78,0
Idade média (em anos)	38	37
18 a 40 anos	71,5	68,2
41 a 49 anos	13,9	20,9
50 anos e mais	14,6	10,9
Escolaridade		
Analfabetos	8,4	11,1
Ensino fundamental incompleto	44,3	49,8
Ensino fundamental completo	17,5	15,7
Ensino médio incompleto	11,7	10,9
Ensino médio completo	16,7	19,0
Migração		
Migraram para São Paulo	65,2	70,6
Moram em SP há menos de 1 ano	35,9	5,6
Moram em SP há 5 anos ou mais	51,2	85,1
Estrangeiros	12,7	-
Tempo de rua e idade de ida para a rua		
Tempo médio (em anos)	4,4	5,9
Até 1 ano	52,2	30,7
Mais de 1 a 5 anos	24,2	31,1
Mais de 5 anos	23,6	38,2
Idade com que passou a viver na rua		
Idade média (em anos)	33	31
Menos de 18 anos	5,6	9,8
De 18 a 30 anos	35,4	45,2
De 31 a 49 anos	47,6	39,4

INDICADORES	Acolhidos	Rua
	%	%
50 anos e mais	11,4	5,6
Trabalho e benefícios		
Empregado com registro em carteira	4,6	1,5
Empregado sem registro em carteira	16,5	3,1
Trabalhando por conta própria/bicos	52,7	76,7
Não está trabalhando	27,6	17,6
Benefícios e pensão		
Recebe algum benefício	58,0	22,3
Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã	53,8	21,7
Aposentadoria/pensão	3,2	-
BPC	2,0	0,8
Uso de álcool e drogas		
Antes de viver em situação de rua		
Não usava	44,7	17,8
Usava apenas álcool	12,1	19,4
Usava apenas drogas	9,5	18,2
Álcool e drogas	33,7	44,7
Uso atual de álcool e drogas		
Não usa	54,8	12,3
Usa apenas álcool	12,5	23,8
Usa apenas drogas	9,7	17,6
Álcool e drogas	23,0	46,3
Tipo de substância que usa		
Crack	17,1	38,4
Maconha	22,1	39,0
Cocaína	18,1	28,5
Condição que ajudaria a sair da rua		
Moradia permanente	47,0	37,5
Emprego fixo	38,3	26,6
Superação da dependência de álcool e drogas	5,5	17,0
Retornar à casa da família	3,9	5,7

Quadro 3. Dados comparativos de egressos em relação aos não egressos, acolhidos e rua

Variáveis	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Idade média (anos)	39,7	44,6	38,1	42,8
Não possui nenhum documento	5%	1%	24%	18%
Uso de drogas				
Usa drogas	50%	20%	69%	42%
Usa crack	21%	9%	50%	24%
Usa maconha	34%	13%	44%	26%
Usa cocaína	19%	8%	30%	15%
Usava drogas ilícitas antes de ir para rua	75%	38%	75%	38%
Formas de violência sofrida				
Xingamento, ofensa, humilhação	66%	51%	79%	64%
Agressão física	53%	34%	63%	42%
Tiro/facada/ queimadura, etc.	29%	11%	34%	17%
Remoção forçada de onde estava	35%	21%	46%	32%

Quadro 4: Dados comparativos do grupo LGBT em relação aos heterossexuais, acolhidos e rua

Variáveis	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Idade Média (anos)	36,1	43,7	33,1	41,5	34,8	42,8
Exercício atividades marginalizadas						
Alguma atividade marginalizada	26%	3%	28%	7%	27%	5%
Mendicância	17%	7%	39%	29%	26%	16%
Prostituição/Programa	20%	1%	20%	2%	20%	1%
Venda de drogas	9%	1%	4%	3%	7%	2%
Roubo/assalto	4%	2%	11%	5%	7%	3%
Saúde						
Número médio de doenças	3,2	2,1	3,6	2,2	3,4	2,2
Procurou serviço saúde últimos 3 meses	96%	80%	72%	58%	86%	71%
Uso de preservativo sempre	50%	59%	37%	50%	44%	55%
Uso de drogas ilícitas						
Consome drogas	32%	28%	82%	51%	53%	38%
Usa crack	11%	12%	54%	33%	29%	21%
Usa maconha	19%	19%	57%	32%	35%	24%
Usa cocaína	16%	10%	27%	21%	21%	15%
Internação em instituições						
Passou por alguma instituição	53%	54%	82%	63%	66%	57%
Passou pelo sistema prisional	18%	29%	54%	39%	34%	33%
Discriminação e violência						
Foi barrado em lugares públicos	41%	24%	54%	39%	46%	30%
Sofreu agressão verbal	76%	54%	79%	70%	77%	60%
Sofreu agressão física	55%	36%	69%	49%	61%	42%
Sofreu tentativa de homicídio	17%	16%	42%	23%	28%	19%
Sofreu abuso/violência sexual	26%	3%	23%	4%	25%	3%
Roubo/furtos	79%	58%	69%	66%	75%	62%
Remoção forçada	23%	25%	54%	37%	36%	30%